



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 4 de outubro de 2012

DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS Inadimplência de empresas persiste em linhas mais caras 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	1
DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS A isenção de tributos poderá ter fim em 2013 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	2
FOLHA DE BOA VISTA Roraima chega aos 24 anos como a 14ª economia do país 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	3
MASKATE PIM fecha julho com alta na produção de bicicletas 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	5
JORNAL DO COMMERCIO RJ Transporte & Logística 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	6
O ESTADÃO Recuo do comércio mundial 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	8
BRASIL ECONÔMICO-SP Proteção à indústria nacional afetou importado 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	10
FOLHA.COM Empresas de fachada fraudam ICMS e fisco descobre prejuízo de R\$ 50 mi 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	11
PORTAL A CRÍTICA Motocicletas podem ser adquiridas com financiamento mais acessível no AM 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	12
BOL NOTÍCIAS Redução do IPI antecipa compras e pode esfriar Natal 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	13

	VEÍCULO DCI - COMÉRCIO , INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA
	TÍTULO Inadimplência de empresas persiste em linhas mais caras	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ernani Fagundes

SÃO PAULO

A inadimplência das empresas com o sistema financeiro começa a mostrar uma pequena queda gradual em linhas de recebíveis como desconto de duplicatas, mas persiste nas linhas mais caras como conta garantida e capital de giro. Na avaliação dos especialistas consultados pelo DCI é um sinal de que os grandes bancos privados restringiram o crédito às empresas e só ofereceram as linhas mais convenientes e de curto prazo, com juros altos.

"Essa é deficiência estrutural do nosso sistema financeiro, e as mais afetadas são as pequenas e médias empresas que ficam restritas ao crédito de curto prazo que os grandes bancos fornecem", avalia o professor da BBS Business School, Ricardo Torres.

De acordo o relatório de estabilidade divulgado pelo Banco Central (BC), alguns setores como couro e têxtil, serviços, varejo, automotivo, construção, madeira e móveis foram os que mais apresentaram atrasos em seus compromissos com os bancos. Esses setores respondem por 31% da inadimplência do total da carteira e por quase a metade dos atrasos nos compromissos.

Em números, a inadimplência das empresas na modalidade conta garantida subiu de 5,3% para 6,6% no últimos doze meses fechados em agosto; a inadimplência na tomada de capital de giro também subiu de 3,6% para 4,1% no mesmo período, enquanto a inadimplência no desconto de duplicatas caiu de 8,7% para 7,8% em igual período.

O número de empresas com dívidas acima de R\$ 5 mil alcançou 2,54 milhões em junho, expansão de 8% no semestre, a maior desde dezembro de 2009, segundo o relatório do BC.

Para o diretor da Associação Brasileira de Empresas (Abe), Roberto Grejo Júnior, o caminho são os bancos públicos e o crédito direcionado. "Nossa orientação é que as pequenas e médias empresas procurem o **BNDES**, por meio do Banco do Brasil, onde apesar da burocracia há linhas mais acessíveis", aconselha.

Conforme aponta o relatório de estabilidade do BC, os bancos públicos e o **BNDES** foram menos impactados com o

aumento da inadimplência das empresas, mas na outra ponta, a desaceleração das concessões dos bancos privados e estrangeiros contribuiu para a maior maturidade das carteiras, aquelas com juros mais altos - "fato que justifica a maior inadimplência nos bancos privados, na comparação com os bancos públicos", diz o relatório do BC. Segundo o documento, o atraso nos compromissos é maior no crédito livre fornecido pelo varejo, já que 96,3% do crédito direcionado às pessoas jurídicas é realizada pelo **BNDES**.

O crédito livre fornecido pelos bancos responde por 60,7% do total da carteira do Sistema Financeiro. Em recursos livres, os bancos públicos (leia Banco do **Brasil** e Caixa) aumentaram sua participação de **mercado** de 31,4% em dezembro de 2011 para 33% em junho de 2012.

Nesse contexto, o professor de finanças da FIA, Marcos Piellusch avalia que os grandes bancos privados oferecem o crédito errado às empresas. "As linhas de curto prazo são para uma necessidade eventual e emergencial, mas como as pequenas e médias empresas não encontram crédito para investimento, elas são forçadas a ficar com linhas mais caras", diz.

Na avaliação do professor de finanças da Fundação Vanzolini, Ricardo Rocha, a explicação para a inadimplência ainda alta das empresas é que a demanda por crédito não acompanhou o respectivo crescimento do faturamento das companhias.

"Com isso, os grandes bancos privados cortaram o limite de crédito de todas as empresas. E, some a isso, a queda do Cruzeiro do Sul deixou as instituições menores mais seletivas. Haverá um retomada lenta do crédito às empresas", diz Ricardo Rocha.

Já Torres, da BBS, propõe que as empresas utilizem estruturas com recebíveis, com juros mais moderados. "Precisamos desenvolver o **mercado** de capitais para companhias de pequeno e médio porte no Brasil", sugere.

	VEÍCULO DCI - COMÉRCIO , INDÚSTRIA E SERVIÇOS	EDITORIA	
	TÍTULO A isenção de tributos poderá ter fim em 2013		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Apesar de o governo afirmar veementemente que é possível expandir mais o consumo interno com adoção de medidas como redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), desoneração da folha de pagamento e redução do juros, especialistas acreditam que o cenário mudará ano que vem.

Segundo Claudio Felisoni, presidente do Programa de Administração do Varejo (Provar) da Fundação Instituto de Administração (FIA), é possível que os setores beneficiados com as medidas, em 2013, não voltem a ter essas facilidades: "Acho possível que o governo não ofereça mais essas facilidades à indústria e a outros setores".

O especialista acredita que isso terá reflexo direto no varejo, e que o ano que vem os índices de vendas voltem a

cair. "Pode ser que 2013 seja um pouco mais difícil ao **comércio**", ressaltou.

Outro ponto destacado pelo especialista foi o possível aumento dos preços dos produtos, efeito já sentido nas commodities desde julho, no setor supermercadista.

"A queda da taxa de investimentos no País, aliada a demanda sem capacidade de supri-la farão com que haja pressão nos preços. O governo terá de achar outra forma para ajudar o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**)", explicou o especialista, ao DCI.

	VEÍCULO FOLHA DE BOA VISTA	EDITORIA
	TÍTULO Roraima chega aos 24 anos como a 14ª economia do país	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

OZIELI FERREIRA

Em valor relativo, Roraima apresenta a 14ª economia do país. A posição leva em conta o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de tudo o que o Estado produz em que o valor mais recente é de 2009 quando somou 5,6 bilhões. Desde 2004 o PIB vem apresentando crescimento expressivo, se comparado com outros estados da região Norte.

Em 2004, a participação do Estado no PIB do Brasil foi de 0,14%. Em 2009 passou a ser 0,17%, sendo que o de toda região Norte foi de 3,43%. Crescemos, de 2004 a 2009, uma média de 7% ao ano. É uma taxa maior do que a do Brasil e de crescimento da região Norte, ressaltou Haroldo Amoras, secretário estadual de Planejamento.

Quando se trata de renda per capita, em 2004 apresentava R\$ 7.360,85, mas depois de quatro anos o valor foi de R\$ 13.270,47. Abaixo da média nacional (R\$ 16.917,66), mas acima da taxa da região Norte (R\$ 10.625,79). Quando fazemos comparação dentro da região, percebemos que nosso desempenho está razoável, disse Amoras.

Os setores que mais contribuem para o crescimento da economia do Estado são o da agropecuária e o madeireiro. A madeira continua sendo o principal produto exportado pelo Estado. Em agosto deste ano foi vendido ao mercado exterior o total de US\$ 642 mil. No acumulado do ano, esse valor chega a US\$ 5.116 mil, o que representa quase 60% das exportações roraimenses, tendo como principal destino a Venezuela.

O secretário de Planejamento disse que para os próximos anos há diversos fatores que são favoráveis para o crescimento econômico do Estado, e o maior deles é a entrada da Venezuela no Mercosul, por exemplo. A entrada da Venezuela no Mercosul possibilita oportunidade para que a gente trabalhe a valorização do nosso corredor fluvial Amazonas, Roraima e Bolívia. A Venezuela depende mais de 60% de produtos importados para alimentação. De Roraima, ela só importa madeira, então precisamos montar uma plataforma para exportar para lá alimentos e comprar dela

insumos como diesel, gasolina, adubo, fertilizante, calcário, ferro, ressaltou.

Amoras informou que os setores de energia, comunicação e transporte também são promissores e pode alavancar o desenvolvimento econômico. A integração de energia de Tucuruí [AM], que chega em 2015, junto com a linha de Guri, vai ampliar a oferta de energia, insumo básico para a economia. O cabo de fibra que está com investimento de quase um bilhão, vai melhorar a comunicação. Para o transporte já estamos com parte da BR-147 asfaltadas e temos dinheiro garantido no Plano Plurianual [PPA] para os demais trechos, disse ao frisar que, apesar das melhorias, Roraima precisa avançar na área de transporte fluvial e aéreo.

INDÚSTRIA - No segmento industrial, conforme disse Lissandra Santos, gerente Técnica da Federação das Indústrias do Estado de Roraima (Fier), tem havido um crescimento gradual em termos de aumento do número de novas unidades industriais instaladas, com certa diversificação nos setores de atuação. O que acarreta geração de emprego e renda, especialmente em setores como a construção civil, a indústria de alimentos e bebidas, a agroindústria e reparação de veículos, por exemplo.

Ele explicou que houve também o estreitamento de relação das entidades de representação industrial (Federação e sindicatos) com os órgãos governamentais em todas as esferas, o que tem implicado num diálogo e negociações que viabilizem o melhor caminho para o desenvolvimento das indústrias, solucionando problemas ou criando mecanismos/diretrizes que apoiem as indústrias.

Conforme Lissandra, os entraves que impactam o crescimento da indústria são, especialmente, de ordem financeira, de infraestrutura e ambiental. Esta última, principalmente, em relação aos trâmites de órgãos públicos em relação à liberação de documentos e procedimentos.

Sobre a projeção de desenvolvimento na indústria para os próximos anos, Lissandra Santos disse que o mapa estratégico da indústria de Roraima aponta algumas perspectivas em relação à expansão da base industrial, à

incorporação de novas tecnologias nos processos produtivos e de práticas de responsabilidade sócio-ambiental.

Neste sentido, se faz necessário investimentos no setor industrial para proporcionar e fomentar o crescimento sustentável das indústrias já instaladas e atrair investimento de novas indústrias de maior porte para o Estado. Especialmente quando se trata das questões de infraestrutura - energia, logística de transporte, rodovias -, de incentivos para o fomento à inovação tecnológica e apoio financeiro, ressaltou, ao citar que está em andamento a elaboração de uma Política Industrial do Estado de Roraima, tendo como base as demandas do segmento, a qual deverá ser encampada pelo Governo Estadual.

COMÉRCIO - Na avaliação de Jadir Corrêa, presidente da Associação Comercial e Industrial de Roraima (Acir), o **desenvolvimento** do Estado nesses anos é tido como bom, tanto na área econômica como na de infraestrutura.

Tivemos alguns empecilhos, como a demarcação da Terra Indígena Raposa Terra do Sol, que deu uma freada na **produção** de arroz. Mas, no geral, tivemos um bom desempenho, opinou.

Na Capital, Corrêa ressaltou o surgimento de mais empresas, bancos, franquias e aumento do número da frota de veículos. Surgiram também mais pontos comerciais em Boa Vista, o que indica que a população cresceu e, conseqüentemente, o consumo.

Segundo dados da Junta Comercial de Roraima, até setembro deste ano foram contabilizadas 25.370 empresas ativas. Crescemos muito e vamos continuar com esse processo. Acredito que não tem mais como frear o progresso de Roraima, frisou.

	VEÍCULO MASKATE	EDITORIA	
	TÍTULO PIM fecha julho com alta na <u>produção</u> de bicicletas		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Segundo Suframa, foram 84,7 mil unidades produzidas. Estimativa é que o setor chegue a 1 milhão de unidades produzidas

O Polo Industrial de Manaus fechou o mês de julho deste ano com desempenho positivo na produção de bicicletas, segundo Indicadores Econômicos mensais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), divulgados nesta terça-feira (2). De acordo com o levantamento, foram 84,7 mil unidades produzidas em julho. No ano passado, a produção chegou a 77,1 mil, diferença de quase 8 mil bicicletas em 2012.

No acumulado do ano, com 506 mil unidades, a produção supera em 19,50% o total de janeiro a julho de

2011, com 422,3 mil. Na comparação com o mês de junho (68.626), o salto na produção de julho foi de 16 mil bicicletas. A estimativa da Suframa é que o setor chegue a 1 milhão de unidades produzidas até o final do ano.

Bicicleta elétrica

Ainda segundo a Superintendência, os bons resultados devem maiores com a chegada da bicicleta elétrica. "Empresas como CR Zongshen, Dafra e Kasinsk já têm o modelo elétrico em suas linhas de produção. Houston e Caloi estudam investir no nicho enquanto a Sense Bike da Amazônia e a Ox da Amazônia têm projetos aprovados no Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS) para iniciar a produção no PIM", informou a autarquia.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO RJ	EDITORIA
	TÍTULO Transporte & Logística	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Aliança Navegação compra novos caminhões para atender Manaus A Aliança Navegação e Logística, empresa que tem tradição no transporte de cabotagem, reforça a sua frota com cinco novos cavalos mecânicos e 30 carretas para aumentar a atuação no transporte rodoviário na região de Manaus.

Com os novos veículos a Transportadora Aliança, divisão que opera no Amazonas, passa a contar com 10 cavalos e 80 carretas para o atendimento local e eleva de 35 para 50 a quantidade de transportes diários. Para 2013, já planeja adquirir mais cinco cavalos e 20 carretas. Com esses veículos prevê ampliar em 30% o volume diário de transporte na região.

A empresa passará a oferecer transporte para cargas direcionadas ao complexo portuário, tanto de longo curso como cabotagem. Segundo Daniel Malta, gerente da filial de Manaus, a Transportadora Aliança é a única unidade de negócios no Brasil com estrutura direcionada ao transporte rodoviário. A empresa é responsável por 34% dos transportes rodoviários realizados em Manaus pela Aliança Navegação e Logística. Com o incremento da frota, prevê aumentar a participação para 44% no próximo ano.

A Aliança Navegação decidiu investir em frota própria de caminhões desde 2002 para atender ao mercado varejista e o polo industrial de Manaus, com o foco em transportes de entrega e coleta de produtos diversos, como o alimentício, higiene, limpeza, material de construção, eletroeletrônicos e resinas. Para melhorar a gestão dos caminhões, a empresa informa que está iniciando a implantação do TMS (Transportation Management System).

Kuehne + Nagel fecha contrato com empresas do Grupo Randon

A Kuehne + Nagel, multinacional suíça-alemã especialista em logística, foi escolhida pelo Grupo Randon para gerenciar todo o processo de distribuição de peças de reposição das suas controladas - a Jost em Caxias do Sul (RS) e a Freios Master em Porto Alegre (RS).

Para atender os novos clientes, a Kuehne + Nagel disponibilizou um novo centro de armazenagem. A operação

garantiu a contratação de 40 pessoas e, por enquanto, o estoque de peças das duas empresas deve ocupar três mil metros quadrados de área, com perspectiva de expansão em curto prazo.

A Master tem objetivo de crescimento arrojado para os próximos anos e precisamos focar no desenvolvimento e promoção de nossos produtos, a Kuehne + Nagel nos ajudará a manter este foco cuidando das entradas e saídas do nosso estoque de reposição, disse Esdânio Pereira, diretor da Freios Master.

Feira de Negócios nos Trilhos destaca as novidades da indústria metroferroviária

Cerca de 200 expositores, sendo 30% empresas estrangeiras, participam da 15ª edição da Feira de Negócios nos Trilhos, de 6 a 8 de novembro, no Expo Center Norte, em São Paulo.

O evento, que é considerado a grande vitrine de lançamentos e negócios, traz as últimas novidades da indústria metroferroviária, como os equipamentos para manutenção e segurança, via permanente, fornecedores e logística.

A perspectiva para o setor é muito positiva. Como exemplo de negócios que serão gerados no Brasil destacam-se os R\$ 202 bilhões que serão destinados ao setor ferroviário, de um total de R\$ 428 bilhões a serem liberados nos próximos 15 anos pelo Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), recurso gerado e administrado pelo Ministério dos Transportes.

Pelo governo do Estado de São Paulo a previsão de investimentos é de R\$ 50,18 bilhões para a melhoria dos transportes urbanos até 2014. Outros R\$ 44,67 bilhões serão liberados a partir de 2015, totalizando R\$ 94,65 bilhões. Deste total, 53% serão recursos destinados ao Metrô-SP e 40% para a modernização e expansão da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Segundo pesquisa elaborada pela União da Indústria Ferroviária Européia (UNFE), em Berlim (Alemanha), o mercado mundial para equipamento ferroviário vai crescer 20% nos próximos cinco anos, impulsionado pelas encomendas do Oriente Médio e América Latina. A estimativa é que o

valor das encomendas alcance 170 bilhões de libras (R\$ 555 bilhões) em nível mundial.

Paralelamente à NT 2012 será realizado o 1º Congresso Metroferroviário Brasileiro que discutirá o Futuro do Setor Metroferroviário no Brasil: Perspectivas de Crescimento, Investimentos e Tecnologias, além dos incentivos do **Governo Federal** para fomentar o crescimento e expansão do setor ferroviário nacional.

Grupo ZF vai reduzir número de fornecedores no mundo

O Grupo ZF, fabricante de sistemas de transmissão e tecnologia de chassis para o setor automotivo, vai reduzir o número de fornecedores no mundo. A decisão é para economizar 500 milhões de euros com compras globais nos próximos dois anos.

Segundo o CEO Stefan Sommer, que também é responsável pela gestão de materiais corporativos, até 2015 o Grupo ZF planeja elevar dos atuais 15,5 bilhões para mais de 20 bilhões de euros as vendas da companhia. Para atender à forte demanda dos clientes, temos que fazer investimentos substanciais em novas fábricas e instalações de **produção**, disse o CEO em comunicado. Trata-se de um avanço considerável que terá que ser feito em prol de

resultados mais positivos. Temos que adotar essas medidas de forma moderada, mas eficaz junto aos nossos fornecedores.

Segundo Sommer, o Grupo ZF registra crescimento sustentável em todo o mundo e o volume de **produção** apresenta uma curva em ascensão, o que significa que haverá aumento de volumes para os fornecedores. "As economias de grande escala têm seus efeitos e isso deve se refletir em nossos preços de compra também.

Além dos preços baixos para os materiais de **produção**, o Grupo ZF também buscará a padronização dos fornecedores e a gestão de caixa. Esse processo de realinhamento já ocorre há algum tempo. No início de 2011, cinco divisões e várias unidades de negócios independentes foram fundidas em quatro Divisões ZF, e o número de executivos de contas foi significativamente reduzido. No lugar de vários contatos de compra de forma descentralizada, os fornecedores têm agora condições de compra padronizadas e uma central para cada parceiro de negócios. "No futuro, quando selecionarmos nossos fornecedores, vamos prestar mais atenção às suas posturas mundiais de aproximação com o **mercado**", disse Sommer.

	VEÍCULO O ESTADÃO	EDITORIA	
	TÍTULO Recuo do <u>comércio</u> mundial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A globalização que levou a economia mundial a crescer por mais de uma década está encolhendo com a forte desaceleração do comércio mundial. Ninguém mais pensa no parceiro comercial, todos se defendem para evitar a recessão. O FMI deve confirmar esta semana que o PIB mundial este ano vai ficar mesmo em 3%, e isso, se a zona do euro não afundar ainda mais. E a OMC informou que o comércio mundial não vai crescer mais do que 2,5%, ou seja, 5% menos do que em 2011. Não contem com ele para recuperar a economia mundial.

A alternativa é o consumo interno, mas isso implica diretamente ou não, em estímulo à produção local e defesa de mercado. Comprem de nós, não deles!

Protecionista é você! Nesse novo cenário de "salve-se quem puder,"os ânimos se acirram e todos se acusam de protecionistas. Até os bancos centrais, coitados, entram na história... É esse o novo cenário do comércio mundial, o que se pensava poderia salvar o mundo. EUA e Europa acusam o governo de transformar medidas provisórias em "política industrial protecionista". Eles estão de olho no único mercado consumidor mundial que, ainda vigoroso, cresce 7% ao ano e não dá sinais de arrefecer. Só que a economia brasileira estava crescendo mais de 3%, agora mal e mal chega a 1,6%.

Quem protege mais. Vamos aos fatos e aos números da OMC, levantados para a coluna por Jamil Chade, correspondente do Estado em Genebra:

1 - Em 4 anos de crise, o acúmulo de barreiras adotadas por todos os governos já atinge 3% do comércio mundial - US\$ 500 bilhões, o equivalente a toda a exportação brasileira e indiana juntas.

2 - Em 4 anos, EUA adotaram mais de 120 medidas protecionistas e a Europa mais de 80.

3 - Desde outubro de 2011, foram adotadas 124 medidas de defesa pelos governos do G-20, afetando 1,1% do comércio desses países. O que mais preocupa, porém, é que barreiras adotadas desde 2008, e que eram tidas como "temporárias", jamais foram retiradas.

Foram 802 medidas. Hoje, o acúmulo de barreiras comerciais no mundo já afeta 3% do comércio mundial e 4% do intercâmbio do G-20. Desde a quebra do Lehman Brothers, foram 802 medidas adotadas e só 18% foram retiradas. Outra constatação da OMC é que países emergentes, como China e Rússia, elevaram nos últimos anos o apoio à agricultura. Pequim passou de um apoio negativo de 2,6% aos agricultores em 1999 para uma situação em que garantia, em 2010, 17% da renda do campo na China. Na Rússia, o governo apoiava o setor com o equivalente a 1% da renda agrícola em 1999. Hoje, é de 20%.

E o Brasil? O que se faz agora no Brasil, é uma tentativa atrasada de defender o mercado interno para recuperar o tempo perdido. Chegou tarde, as medidas estão sendo apressadas e intensificadas, o que explica a reação dos seus parceiros comerciais.

Ao todo, o Brasil adotou 17 novas barreiras contra importações, número que superou todos os demais países, inclusive a Argentina, que é acusada de estar adotando uma postura nacionalista. Além disso, o governo brasileiro anunciou nos últimos seis meses um total de cinco medidas de apoio à indústria nacional. Para comparar, também nos últimos seis meses, Itália, Espanha, França, Alemanha e os demais governos europeus colocaram em prática 13 planos de incentivo às suas indústrias. Mas, nenhum governo isolado chegou perto dos cinco planos do governo de Dilma Rousseff. Estados Unidos e Rússia, por exemplo, adotaram dois planos de incentivo cada.

Defesa. Enquanto a proteção crescia no mercado mundial, o Brasil limitou-se nos últimos dois anos à implementação de medidas antidumping. Em 2010 e abril de 2011, foram 25 ações. Já entre outubro de 2011 e abril de 2012, o número caiu para 16. Mas ainda assim lidera esse tipo de ação. Os europeus adotaram 13, contra doze dos Estados Unidos. No total, países adotaram 73 medidas.

Os números da OMC mostram que estamos entrando em uma nova fase do comércio mundial. O da proteção e autodefesa. A OMC e outras instituições internacionais já alertaram que isso pode aumentar ainda o risco de recessão, pois, na ausência de mercados internos, resta apenas o

aumento das transações comerciais entre países. Assunto para o G-20 que promete tudo e nunca resolve nada. Não há dúvida alguma de que, numa economia mundial contraída e recessiva, se defender e proteger seus **mercados** é o caminho

errado. Mas fica a pergunta: já disseram isso para eles, para os Estados Unidos, a União Europeia, a China (a China, sim!) e o Japão? / COLABOROU JAMIL CHADE

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Proteção à indústria nacional afetou <u>importado</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

No ano passado, governo decidiu ampliar IPI de modelos produzidos fora do país

Ana Paula Machado

Depois de um lançamento de peso, com direito até a ter o apresentador Fausto Silva como garoto propaganda, a chinesa JAC Motors colocou o pé no freio em suas operações no Brasil diante das incertezas do novo regime automotivo que será apresentado hoje pelo governo em Brasília. Diante da alta dos impostos sobre os carros importados, as vendas dos carros chineses, que vinha obtendo um bom desempenho no mercado, caíram.

Até setembro, segundo a Federação Nacional dos Revendedores de Veículos Automotores (Fenabrave), a empresa vendeu 14.809 automóveis. No mesmo período do ano passado, a JAC vendeu 17.421 unidades.

Em setembro do ano passado, o governo decidiu majorar em 30 pontos percentuais o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para marcas importadas. A sobretaxa passou a valer para automóveis fabricados fora do eixo Argentina e México, numa forma de proteger a indústria nacional. Com essa postura, a JAC manteve os preços para o consumidor final para não perder muito mercado, mas não conseguiu sustentar os investimentos no país. Outras marcas

importadas não conseguiram suportar o remédio do governo e algumas concessionárias fecharam as portas.

Em novembro do ano passado, em meio ao aumento de impostos do governo, a JAC divulgou seus planos de construir uma fábrica no polo de Camaçari, na Bahia. O investimento seria de R\$ 900 milhões e a unidade poderia fabricar até 100 mil veículos por ano, em dois turnos de trabalho que empregariam 3,5 mil pessoas.

A JAC estava até fazendo o road show com fornecedores para qualificar os fabricantes de autopeças para essa unidade. Na época, o presidente da JAC Motors do Brasil, Sergio Habib, disse que com esse imposto as vendas dos carros da marca estavam inviabilizadas e consequentemente os investimentos em solo brasileiro.

A esperança de todas as montadoras que anunciaram fábrica no Brasil é o novo regime automotivo. Segundo fontes do mercado, haverá uma compensação para as empresas que apostam no país. Pelo texto, as empresas importadoras com investimentos garantidos no mercado brasileiro terão o direito de resgatar um crédito acumulado ao pagar o IPI majorado. Deverá ser a mesma regra dos créditos de ICMS que os estados concedem para as empresas exportadoras.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Empresas de fachada fraudam <u>ICMS</u> e fisco descobre prejuízo de R\$ 50 mi		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O fisco paulista identificou um grupo de empresas de fachada e escritórios de contabilidade localizados principalmente na zona sul da capital que montaram um esquema para revender mercadorias sem o pagamento de ICMS.

A estimativa inicial é de que R\$ 50 milhões foram sonogados dos cofres paulistas nos últimos três anos.

Para burlar a fiscalização, os empresários agiam como atacadistas, intermediando a venda de produtos e usando um regime de tributação em que o recolhimento do ICMS é centralizado em um estabelecimento responsável em pagar o imposto por toda a cadeia (substituição tributária).

Foram identificadas no esquema investigado ao menos oito empresas de fachada, que funcionavam em pequenas salinhas da periferia da capital paulista e tinham como sócios supostos "laranjas" (pessoas que tem seu nome no quadro societário, mas não têm posses para serem donas de qualquer negócio). Ao incluir esses laranjas, o objetivo dos envolvidos é escapar de serem acusados de crime de sonegação fiscal.

A fraude ocorria quando essas empresas intermediárias traziam alimentos (como achocolatados, entre outras mercadorias industrializadas), produtos de higiene, limpeza e bebidas (uísque, cachaça e conhaques) de fornecedores de GO, ES, MG e RJ sem recolher ICMS. Nas operações entre os estados, as alíquotas de ICMS variam de 7% a 12%, dependendo do produto.

Esses empresários paulistas, a sua maior parte do ramo do comércio, informavam à Secretaria estadual da Fazenda paulista que eram os responsáveis pelo recolhimento do imposto, o que na prática não ocorria.

Para José Eduardo de Paula Saran, diretor-adjunto da Administração Tributária da secretaria, só após a fiscalização avaliar os documentos digitais e em papel apreendidos em 16 alvos da ação fiscal (entre empresas de fachada, escritórios de contabilidade, pequenos comércios e atacadistas de médio porte) será possível quantificar com precisão a quantia sonogada. "Deve ser bem maior. Os R\$ 50 milhões iniciais fazem parte de uma estimativa conservadora."

"Os Estados fazem convênio entre eles para estabelecer, nas operações interestaduais, o responsável pelo recolhimento do tributo. Quando há um convênio firmado, o estabelecimento que manda a mercadoria para SP já recolhe o imposto no Estado de origem. Essa organização, que já vinha sendo investigada há algum tempo, mapeou entretanto os produtos e os Estados com os quais São Paulo não tem convênios", diz Saran.

"Nesse caso, o fornecedor de outro Estado não fica obrigado a recolher o ICMS para SP. O primeiro estabelecimento paulista que adquirir a mercadoria fora de SP é que é a responsável em pagar o ICMS, os demais compradores dele não tem obrigação de recolher o imposto. Por isso, o grupo montou empresas no papel que traziam as mercadorias, dizendo que iam pagar o imposto. Na verdade, revendiam para terceiros comerciantes sem pagar", explica o diretor-adjunto.

O grupo trazia as mercadorias para depósitos da capital ou já mandavam entregar diretamente para os comerciantes que compravam os produtos, com preços reduzidos em no mínimo 7% a 12% mais baixos do que a concorrência --isso porque o ICMS não era recolhido. A investigação, em uma segunda etapa, vai apurar se os fornecedores e compradores dos produtos fazem ou não parte do esquema de sonegação. "Temos evidências que os preços estavam fora da prática do mercado, e isso chamou a atenção", diz Saran.

Batizada de "Falsa corrente", a operação contou com a participação de 45 fiscais, 20 policiais civis e promotores do Ministério Público do Estado.

Desde que o Estado de São Paulo adotou a substituição tributária em 2007, 32 setores já fazem parte desse regime de tributação.

O setor atacadista foi responsável pelo recolhimento de R\$ 16,3 bilhões em ICMS no ano passado. Os supermercados. R\$ 985 milhões.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO Motocicletas podem ser adquiridas com financiamento mais acessível no AM		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Caixa e Panamericano oferecem linhas de crédito com juros de 2,10 ao mês e parcelamento em até três meses. Consumidores avaliam nova linha

As concessionárias de motocicletas já podem acessar os bancos Panamericano e a Caixa Econômica Federal para solicitar análise de crédito de financiamento de motocicleta através da nova linha de crédito “Melhor de Moto Nova”, anunciada nesta quarta-feira (03), em São Paulo. Agora, será possível financiar motocicletas sem entrada, com juro mensal de 2,10% e parcelamento em até 36 meses.

De acordo com o diretor executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), José Eduardo Gonçalves, as estratégias divulgadas pelos às concessionárias utilizar a linha de crédito através do cadastramento entre empresário e banco. “As concessionárias que ainda não têm

cadastro com um estes bancos, podem procurá-los de firmar parceria”, afirmou José Eduardo.

Segundo ele, a expectativa é que a maioria dos negócios firmados através do “Melhor de Moto Nova” seja realizada com zero de entrada. “Esse foi o acordado com o Panamericano, que nos anunciou a taxa de juros de 2,10% e parcelamento em até 36 meses”, disse José Eduardo.

Bancos

A assessoria do Panamericano, informou que a parceria entre os dois bancos possibilitará o financiamento de motocicletas a partir de 100 cilindradas e irá beneficiar consumidores independentes de serem ou não correntistas de um dos dois bancos. Informou também que a taxa de juro será praticada mediante a análise individual de cada cadastro.

	VEÍCULO BOL NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Redução do IPI antecipa compras e pode esfriar Natal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O atual ritmo de produção e de vendas de bens duráveis (eletrodomésticos, eletrônicos e móveis) sugere que parte das compras de Natal está sendo antecipada pelo consumidor.

Pesquisa com 500 consumidores em São Paulo, feita pelo Provar/Fia (Programa de Administração de Varejo da Fundação Instituto de Administração), mostra que 56% dos entrevistados pretendem comprar bens duráveis no quarto trimestre do ano.

O percentual está bem abaixo do verificado no mesmo período do ano passado (78%) e é inferior ao dos últimos três meses de 2009 (77%) --ano em que a economia brasileira encolheu 0,3%.

Para Cláudio Felisoni, coordenador da pesquisa, as compras de bens duráveis estão sendo diluídas ao longo do ano, devido aos incentivos concedidos pelo governo (redução de IPI), e não devem ser concentradas no Natal.

"Isso não significa que o comércio fechará o ano mal. Será um ano bom, com aumento de vendas de cerca de 8,4%", prevê Felisoni.

No ano passado, segundo dados do IBGE, as vendas do comércio cresceram 6,7%.

Segundo o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do Banco Central e chefe do departamento econômico da CNC (Confederação Nacional do Comércio), a antecipação do consumo deve deixar o Natal deste ano mais magro. Mas, ainda assim, deve ser mais positivo do que o de 2011.

"Neste ano não há as influências negativas que havia no ano passado. Os bancos tendem a dar mais crédito e a inadimplência dá sinais de que não passará desse ponto", afirma. "Se não houver uma notícia muito ruim do exterior, a tendência é de recuperação da economia".

Até julho, as vendas de móveis e eletrodomésticos cresceram 13,9% ante o mesmo período do ano passado. Mais do que todo o varejo (8,8%).

SETEMBRO AFETADO

A produção de bens duráveis teve o resultado mais positivo entre os segmentos da indústria em agosto (+2,6%) ante julho.

A antecipação de compras pesou sobre o resultado do comércio em setembro.

O Índice de Atividade do Comércio, da Serasa Experian, o primeiro termômetro do setor no mês já divulgado, mostra que a atividade recuou 1,8% ante agosto.

A principal queda foi verificada no segmento de veículos, peças e motos (-9,5%).

O setor viveu uma ressaca depois de vendas recordes. Em agosto, consumidores correram para aproveitar o desconto do IPI para automóveis, que acabou prorrogado até o fim de outubro.

Em setembro, a venda de carros caiu 31,5%.

Mas dados da FGV divulgados ontem mostram que a confiança do comerciante não se abateu com a redução das vendas. No setor automotivo, a confiança em setembro estava 10,9% maior do que a de setembro de 2011.

Segundo o economista Aloísio Campelo, coordenador da pesquisa da FGV, a postergação da redução do IPI ajudou a disseminar a confiança no comércio.

Ainda assim, a confiança do comerciante está pior do que há um ano. Mas, diz Campelo, há melhora. Em setembro, ela estava 1,4% inferior à de setembro de 2011. Em agosto, na mesma comparação, a queda era maior: 3,8%.